



PROCESSO Nº: 0000312-05.2019.8.18.0140

CLASSE: Inquérito Policial

Indiciante: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Indiciado: DESCONHECIDO

Vítima: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA-PI

DECISÃO

Vistos.

Somente hoje, pois me encontrava em gozo de férias regulamentares, cujo retorno ao expediente se deu somente hoje (06/02/2019).

Trata-se de Inquérito Policial (registrado sob o nº1363/2018) que versa sobre suposta prática dos delitos contidos no arts. 288, caput, c/c art. 312, §1º e art. 1º, inciso II, da Lei nº 201/67 e que seriam responsáveis **Firmino da Silveira Soares Filho, Venilson de Oliveira Rocha e Jalisson Hidd Vasconcelos.**

Vieram-me os autos mediante Distribuição por Sorteio, realizada em 17/01/2019.

Contudo, **a situação em voga exige a aplicação do foro por prerrogativa de função**, pois conforme narrativa apresentada os fatos, em tese, foram praticados durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas por um dos investigados: Firmino da Silveira Soares Filho.

Destarte, o processamento de Inquérito Policial para investigar suposto delito envolvendo o Prefeito do Município de Teresina-PI, sem a supervisão do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, poderá tornar nulas as provas obtidas durante a fase extrajudicial e, conseqüentemente, eventual denúncia fundada nos elementos colhidos no inquérito.

A Constituição do Estado do Piauí, no seu art. art. 123, inciso III, "d", 4, fixou a Competência para processar e julgar os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Tal determinação está em consonância com o PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL que objetiva assegurar a tramitação dos processos perante órgãos com a competência determinada por critérios prévios, gerais e abstratos, assegurando, por consequência, a *imparcialidade, independência e impessoalidade do julgador.*



Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 06/02/2019, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **23708450** e o código verificador **7C16D.7EFA7.73740.33DD7.0F49B.101E0**.

Nesse norte, permitir a prorrogação da competência de juízo para o qual a ação foi distribuída indevidamente, violaria o citado princípio, e, por conseguinte, poderá levar à nulidade absoluta de todos os atos e diligências a serem realizadas no procedimento em questão. É escorreita, portanto, a decisão ao determinar a remessa dos autos ao juízo competente.

DO EXPOSTO, *com fundamento no art. 109 do Código de Processo Penal*, **DECLARO a incompetência absoluta** deste Juízo deliberar acerca do **Inquérito Policial**, determinando, por conseguinte, a **REMESSA DOS AUTOS ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, oportunidade em que deverá deliberar acerca da representação pela Dilação de Prazo, formulada pela autoridade policial.

Atos necessários. Cumpra-se.

TERESINA, 06 de fevereiro de 2019.

JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO
Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA



Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 06/02/2019, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **23708450** e o código verificador **7C16D.7EFA7.73740.33DD7.0F49B.101E0**.